SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 100, DE 2008
(nº 293/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARIA STELA POMPEU BRASIL FROTA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética.

Os méritos da Senhora Maria Stela Pompeu Brasil Frota que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de maio de 2008.

EM No 170 MRE /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-/APES

Brasília, 13 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora **MARIA STELA POMPEU BRASIL FROTA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* da Senhora **MARIA STELA POMPEU BRASIL FROTA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Samuel Pinheiro Guimaraes Neto

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARIA STELA POMPEU BRASIL FROTA

CPF.: 16646398615
ID.: 5689/MRE

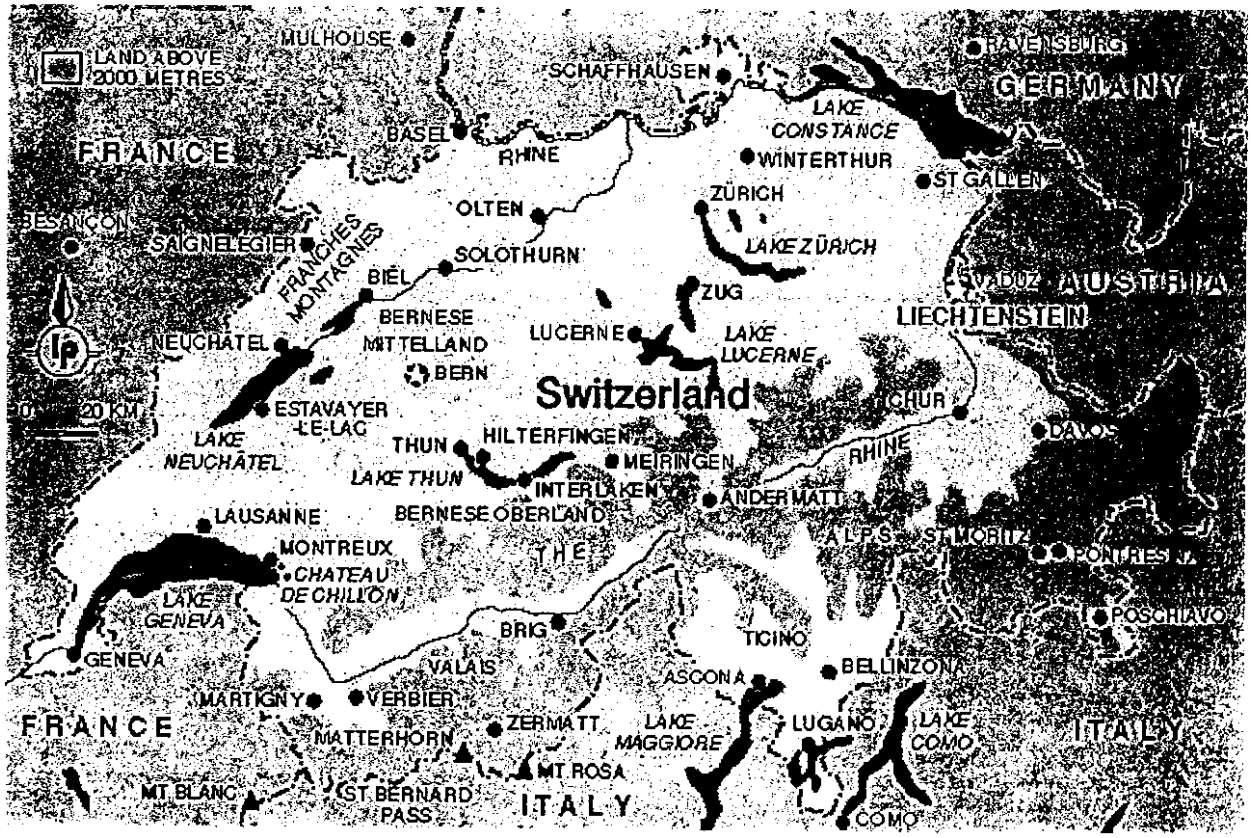
08/08/1952	Filha de José Pompeu dos Magalhães Brasil e Doris Santos Pompeu Brasil, nasce em 8 de agosto, em Recife/PE
02/04/1974	CPCD - IRBr
11/09/1975	Terceira Secretária em 11 de setembro
12/09/1975	Departamento de Promoção Comercial, assistente
05/11/1975	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
21/12/1975	Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janairo
12/06/1978	Segunda Secretária em 12 de junho
09/08/1981	Delegação Permanente em Genebra, Segunda e Primeira Secretária
16/06/1982	Primeira Secretária, por merecimento, em 16 de junho
05/01/1985	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais, assessora
28/03/1985	Secretaria-Geral, assessora
28/05/1986	"Ordre National du Mérite", França, Oficial
11/06/1987	Ordem do Merito Naval, Brasil, Cavaleiro
30/06/1987	Conselheira, por merecimento, em 30 de junho
01/06/1988	Medalha do Mérito Santos-Dumont, Brasil
04/08/1988	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
20/09/1988	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
06/03/1989	Embaixada em Washington, Conselheira
13/05/1991	CAE - IRBr, Proteção de Patentes de Produtos Farmacêuticos. O caso brasileiro
27/04/1992	Embaixada em Santiago, Conselheira
11/06/1993	Proteção de Patentes de Produtos Farmacêuticos. O caso brasileiro, ed. Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, Brasília

18/03/1994	Secretaria de Imprensa, coordenadora técnica
21/12/1994	Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 21 de dezembro
25/09/1995	Embaixada em Washington, Ministra-Conselheira
01/10/1995	Conselho do Global Environment Facility - GEF/Banco Mundial, Washington, Membro do Conselho
19/07/1999	Embaixada em Paris, Ministra-Conselheira
03/01/2002	"Légion d'Honneur", França, Oficial
12/01/2004	Secretaria-Geral, assessora
30/06/2004	Ministra de Primeira Classe, por merecimento, em 30 de junho
03/03/2005	Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, Presidente
24/03/2006	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretária-Geral
31/05/2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CONFEDERAÇÃO SUÍÇA



Brasília, maio de 2008

Índice

1. Dados Básicos.....p. 3

2. Perfis Biográficos .....p. 5

3. Política Interna.....p. 11

4. Política Externa .....p. 16

5. Relações Brasil-Suíça .....p. 26

CONFEDERAÇÃO SUÍÇA

1 – DADOS BÁSICOS

Nome oficial: Confederação Suíça
Idiomas: alemão, francês, italiano, romanche
Capital: Berna
Data nacional: 1° de agosto (Dia da Fundação)
Forma de Estado: República Federal, formada por 26 cantões e cidades-cantões.
Chefe de Estado e de Governo: Pascal Couchepin (Presidente de turno durante o ano de 2008)
Sistema de governo: Parlamentarismo (Parlamento bicameral) com democracia direta. Órgão executivo colegiado.
Sistema legal: A Constituição Federal de 1848 constitui a base jurídica da Federação. Assegura os direitos individuais de participação nos assuntos do Estado, divide os poderes entre a Confederação e os Cantões e delimita os poderes do poder central. A Constituição estabelece três principais órgãos de governo: um Parlamento bicameral (Poder Legislativo), com mandato de quatro anos, o Conselho Federal (Poder Executivo) e a Corte Federal (Poder Judiciário).
Sistema eleitoral: A Suíça adota o sufágio universal direto, facultativo, a partir dos 18 anos de idade. Por petição popular, pode-se convocar referendum para decidir sobre decisões do Parlamento ou do Conselho Federal, assim como votar emendas à Constituição por petição de, pelo menos, 100 mil cidadãos. Qualquer alteração constitucional ou adesão da Suíça a organizações internacionais deve ser submetida a votação popular (referendo obrigatório); a adoção de proposta dessa natureza requer a aprovação da maioria da população e dos cantões.
Eleições gerais: Eleições gerais são convocadas a cada quatro anos para o Parlamento suíço. As últimas realizaram-se em 21 de outubro de 2007.
Religião: O Cristianismo é a religião predominante, dividida entre católicos (41.8% da população) e várias denominações protestantes (40%). A imigração introduziu o islã (4.3%, predominantemente albaneses) e cristãos ortodoxos (1.8%).

Território: 41.285 km^2
População: 7.581.520 (2008).
Principais centros urbanos: Zurique (371,767 habitantes), Basiléia (186.700), Genebra (185.526), Lausane (128.302)
Densidade demográfica: cerca de 182 hab/km^2

PIB: US$ 413.9 bilhões (2007)
PIB per capita: US$ 39,800 (2007)
Crescimento do PIB: 2,6% (2007)
Moeda: Franco Suíço (CHF)
Expectativa de vida: 80 anos
Taxa de natalidade: 9,62 por mil habitantes (2008)
Taxa de mortalidade: 8,54 por mil habitantes (2008)
Classificação no Índice de Desenvolvimento Humano 2006: 9° dentre 177 países, com índice 0,947 (Human Development Report – PNUD) Coeficiente de Gini: 33,7 (Relatório ONU, 2000)
Exportações brasileiras (2007): US$ 1.156.127.146 (MDIC/SECEX)
Importações brasileiras (2007): US$ 2.197.507.886 (MDIC/SECEX)

2 – PERFIS BIOGRÁFICOS

PASCAL COUCHEPIN

Conselheiro Federal, Presidente da Confederação Suíça e Chefe do Departamento Federal (Ministro) do Interior.

Nascido a 5 de abril de 1942, é formado em direito pelo Universidade de Lausanne.

Foi eleito para o executivo de sua cidade natal, Martingny (Cantão de Valais) em 1968.

Elegeu-se Deputado, pelo Partido Radical Democrático, para o Conselho Nacional em 1979. Foi líder da bancada parlamentar de seu partido entre 1989 e 1996. Elegeu-se para o Conselho Federal a 11 de março de 1988 e assumiu a chefia do Departamento Federal de Economia. Foi nessa função que visitou o Brasil no ano 2000, acompanhado de grupo de empresários. A 1º de janeiro de 2003, assumiu o cargo de Ministro do Interior, responsável pelos assuntos sociais, saúde, educação, pesquisa e cultura.

Foi Presidente da Confederação em 2003 e, em 2007, Vice-Presidente. De acordo com o sistema de rotação entre os Conselheiros Federais, voltou a ocupar a Presidência da Confederação em 2008.

Sua popularidade foi abalada quando, em 2003, passou a defender mudanças no sistema previdenciário para compensar a evolução demográfica do país, reduzindo as pressões sobre a aposentadoria. Seu projeto de elevação progressiva da idade de aposentadoria, para 65 anos até 2015 e 67 anos em 2025, encontrou firme resistência da população e não foi apoiado pelos demais membros do Conselho Federal, ou mesmo pela direção de seu partido

MICHELINE CALMY-REY

Conselheira Federal, Chefe do Departamento Federal (Ministra) dos Assuntos Exteriores

Nasceu a 8 de julho de 1945 em Chermignon, Cantão de Vaud. É casada com André Calmy e tem dois filhos e três netos.

Formou-se, em 1968, em ciências políticas no Instituto de Altos Estudos Internacionais, de Genebra. Como atividade profissional, trabalhou em uma empresa de construção e, posteriormente, dirigiu e administrou uma editora até 1997.

Iniciou sua participação na política na Suíça romanda. Foi líder da seção genebrina do Partido Socialista em dois períodos (1986-1990 e 1993-1997). Exerceu sucessivos mandatos como deputada do Grande Conselho (Parlamento cantonal), entre 1981 e 1997, quando se ocupou da comissão de finanças. Em 2001, foi eleita presidenta do Conselho de Estado de Genebra (executivo cantonal).

Em 2003, foi eleita pelo Parlamento suíço para o cargo de Conselheira Federal, responsável pela pasta das relações exteriores. Pela primeira vez assumiu a presidência de turno da Confederação em 1º de janeiro de 2007. É a segunda mulher a ocupar esse posto depois de Ruth Dreifuss, em 1999. Apesar de sua popularidade junto ao eleitorado, sua eleição para a Presidência do Conselho Federal foi considerada "medíocre", com um elevado número de abstenções, o pior resultado desde 1939. Pesa contra ela o "pecado" de um ativismo personalista à frente do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros.

Participou de conselhos de administração de várias empresas e fundações: Banco de Poupança de Genebra (1986-1993), Comitê "Argos" - associação de instituições terapêuticas para toxicômanos (1991-1997), Aeroporto Internacional de Genebra (1994-1997), Fundação Beneficente "Lady Muchelham of Hellingly (1998-2002), Caixa de Pensão de Funcionários Públicos (1998-2002), Fundo de Equipamento Comunal (1998-2002) e Banco Central da Suíça (a partir de 2002).

Líder de um partido de esquerda, a Conselheira Federal Calmy-Rey tem tradição de atuação na áreas dos direitos humanos, assuntos sociais e questões de gênero. Tem sido a principal promotora da política de "neutralidade ativa", no

que se afasta da posição tradicional defendida pelos setores mais conservadores, que não gostariam de ver uma excessiva flexibilização do conceito de neutralidade.

DORIS LEUTHARD

Conselheira Federal, Chefe do Departamento (Ministra) de Economia

A Senhora Leuthard é a integrante mais jovem do Conselho Federal, tanto em idade quanto em antigüidade. Nascida em 1963, na cidade de Merenschwand, Cantão de Argóvia (Argau), completou 43 anos no dia 10 de abril deste ano. Foi eleita para o Conselho Federal em junho de 2006, em substituição a Joseph Deiss, e assumiu a pasta ministerial responsável por economia, comércio exterior, agricultura e formação profissional.

É filiada ao Partido Democrata-Cristão Popular (CVP), de centro-direita. Elegeu-se para o parlamento cantonal de Argau em 1997, foi Deputada (Conselheira Nacional) entre 1999 e 2006 e tornou-se presidente de seu partido em setembro de 2004. É a quinta mulher na Suíça a ocupar um assento no executivo. As anteriores foram Elisabeth Kopp (1984-1989), Ruth Dreifuss (1993-2003), Ruth Metzler (1999-2003) e Micheline Calmy-Rey, esta última eleita em 2002 e hoje a ocupar o cargo rotativo de Presidente da Confederação.

Doris Leuthard vem de uma região de forte predominância católica. Tem três irmãos mais novos. É casada com o Doutor Roland Haussin, químico de profissão, e não tem filhos. Formou-se em Direito pela Universidade de Zurique. Fez cursos de aperfeiçoamento de línguas (francês e inglês) em Paris e Calgary, no Canadá. Além desses dois idiomas, é fluente em alemão, italiano e no dialeto suíço-alemão. Trabalhou como advogada em dois escritórios dos quais é sócia, no Cantão de Argau, e até hoje é membro dos conselhos de administração de várias empresas localizadas em Lucerna, Zurique, Aarau, Laufenburg e Berna. No Parlamento, atuou em comissões dedicadas aos temas econômicos,

orçamentários e jurídicos. Apreciadora de futebol, compareceu ao jogo amistoso entre as seleções do Brasil e da Suíça que se realizou na Basiléia em novembro de 2006.

Com pouco mais de um ano no Governo, a Conselheira Federal Doris Leuthard vem tendo ampla exposição pública e é considerada uma estrela ascendente na política suíça. A mídia costuma dar-lhe grande espaço. É considerada por empresários uma política aberta e pragmática em economia. No tema agricultura, reconhece o excesso de subsídios concedidos pelo Estado, mas não deixa de ser cuidadosa em relação aos interesses da poderosa classe dos produtores rurais suíços. É responsável pelas negociações da Rodada de Doha na OMC. Mantém posição equilibrada entre a defesa do multilateralismo e a da celebração de acordos bilaterais de livre comércio. É uma das articuladoras da estratégia econômico-comercial do Governo destinada a promover maior aproximação com os BRICs e outros países emergentes.

Visitou o Brasil em fevereiro de 2007, acompanhada de delegação empresarial.

3- POLÍTICA INTERNA

3.1. – Considerações Preliminares

A Suíça não é o resultado de uma comunhão cultural, mas de um processo associativo contra ameaças externas, que permitiu, ao longo da história, "unir" duas confissões religiosas, três culturas e quatro línguas, aproximando populações heterogêneas. Esse processo associativo somente tornou-se factível através da busca do consenso, fundamentado na plena soberania popular e no respeito à diferença. Pelo exercício da iniciativa popular, o cidadão propõe leis que, muitas vezes, as câmaras (cantonais e federais) não julgaram oportuno apresentar. O recurso aos mecanismos da democracia direta tem sido intenso. De acordo com Hanspeter Kriesi, desde a introdução desses mecanismos, em 1848,

a Suíça conheceu mais referendos nacionais do que o conjunto de todos os Estados-nações. Pelo exercício do referendo, o cidadão se reserva o direito de (dar a última palavra sobre) as decisões do executivo e do legislativo. Em outros países, o referendo é instrumento político utilizado pelo governo; na Suíça, o referendo é uma prerrogativa popular.

Democracia direta e diferenças culturais têm historicamente evitado a centralização do poder. Os cantões, gestores de suas finanças, de sua polícia, da educação pública e do cuidado com seu território, a par de criarem barreiras ao poder federal, tornam este último mais prudente nas decisões que afetam a autonomia cantonal. Essa descentralização e o respeito aos particularismos contribuíram para a formação de uma democracia onde o governo federal, que é determinado pelo legislativo, geralmente age em consonância com esse poder, e onde a figura pública do governante é substituída pela do bom gestor, sem projeção ou grandeza.

3.2 – Quadro partidário

As características acima apontadas moldaram a política interna suíça ao longo dos anos e imprimiram-lhe um caráter fortemente consensual. Conforme referido anteriormente, desde 1959, o Governo suíço é formado por acordo entre os partidos políticos mais representativos, que dividem entre si as sete Pastas existentes. De 1959 até dezembro de 2003, a divisão das pastas foi a seguinte: duas com o Partido Radical, duas com o Partido Democrata-Cristão, duas com o Partido Socialista e uma com a União Democrática do Centro. Em dezembro de 2003, a UDC ganhou mais um membro no Governo, refletindo seu grande crescimento nas eleições parlamentares, em detrimento do PDC, que perdeu um assento no Conselho Federal. A recente retomada da terceira posição nas sondagens de opinião, ainda que por uma pequena margem, faz com que o PDC volte a sonhar com a recuperação de seu segundo assento.

Os partidos Radical Democrático (PRD), o Democrata-Cristão (PDC) e a União Democrática do Centro (UDC) podem ser considerados como integrantes do campo da centro-direita (ou do chamado "campo burguês"). A UDC é claramente de direita, enquanto que o Partido Socialista representa a esquerda no Governo.

Sendo a UDC/SVP e o PC os dois partidos com maior representação no Parlamento, verifica-se uma tendência à polarização dos debates entre os dois campos. A UDC mobiliza o eleitorado mais conservador do Mittelland e dos cantões germânicos a leste, situando-se como o mais popular (25,6 da preferência dos eleitores). Remonta ao velho Partido Agrário, mantendo forte vinculação com os interesses dos produtores agrícolas. No plano da política exterior, caracteriza-se pela defesa incondicional da neutralidade e pela resistência a uma eventual adesão da Suíça à União Européia. Enfatiza, como temas de campanha, a segurança, o combate à criminalidade, mais restrições às migrações e a redução da carga fiscal.

O Partido Socialista apresenta tendência centralizadora no plano federal e nos cantões e distingue-se pela defesa de um papel relevante do Estado na economia e na sociedade, bem como pelo empenho na manutenção e ampliação das conquistas sociais dos trabalhadores; Com 22 a 23 porcento do eleitorado, o Partido Socialista tem base sobretudo na Suíça de expressão francesa. Mantém retórica social e concentram seu discurso nos chamados "impostos equitáveis", na flexibilização da aposentadoria (direito de antecipar ou postergar o início da prestação dos benefícios) e na unificação do seguro-enfermidade.

O Partido Democrata-Cristão (PDC), com penetração sobretudo na população católica, caracteriza-se pela defesa do indivíduo, da família e da comunidade frente ao Estado e pela ênfase no pluralismo, apoiando forças descentralizadas, como igrejas, associações e partidos face ao Estado. Tem como temas centrais de campanha a ênfase no crescimento econômico, o

desenvolvimento sustentável e a consolidação dos benefícios sociais. A recente ascensão do PDC à terceira posição nas pesquisas eleitorais (15% de preferência), ultrapassando o Partido Radical, o coloca mais perto da sonhada recuperação de um segundo assento no Conselho Federal.

O Partido Radical (PRD/FDP) tem concepção liberal do Estado, que deve ser limitado e não-intervencionista. Na campanha de 2007 tem como slogan "Uma Suíça do crescimento, da inteligência, do equilíbrio e da abertura". Pascal Couchepin constrói seu discurso com os temas: maior apoio à educação e à pesquisa, elevação do diferencial da Suíça ante os demais países industriais na inovação e na excelência tecnológica. Este discurso não parece, contudo, obter a repercussão desejada junto ao eleitorado, preocupado com questões mais imediatas, e não desfaz o efeito, tido como "desastroso", de proposta por ele defendida em 2003 de aumentar a idade de aposentadoria para 67 anos. A recente queda de 2,6 pontos é o pior resultado eleitoral do PRD em toda sua história. O mais antigo partido da Suíça, fundado em 1894, tem hoje dificuldades em se renovar. Seu maior desafio tem sido conquistar eleitores que pela primeira vez participarão das eleições.

Finalmente, detêm os Verdes, nas pesquisas sobre as eleições de 2007, 10,7% da preferência dos eleitores. Empunhando a tradicional bandeira ecológica, emprestam ênfase à questão energética e acrescentam à noção de desenvolvimento sustentável a idéia de "equilíbrio" em vários outros campos. Dado seu crescimento eleitoral, tem a legenda por objetivo, em 21 de outubro, conquistar um terceiro assento no Conselho Nacional e um primeiro assento no Conselho dos Estados. O avanço – dito "sustentável" – dos Verdes sobre os socialistas tem sido objeto de atenções dos analistas políticos. A legenda ecológica, com apenas 24 anos de existência, tem conseguido angariar os votos do eleitorado urbano jovem. Em oposição, considera-se que o Partido Socialista

suíço, como o francês, não consegue mais vender a imagem de um partido operário, capaz de abraçar sozinho as grandes causas sociais. Tem-se constituído, mais e mais, como uma agremiação típica de classe média urbana. Porém, a classe média não acompanha o "excessivo" humanitarismo do PC (defesa do direito de asilo, maior abertura para imigrantes etc.), em detrimento da segurança, e tende a pensar um pouco mais em si mesma. Em contraste, os Verdes, em seu "avanço para o centro", dissocia-se do vezo estatista que os socialistas insistem em preservar, conseguem seduzir parte desse eleitorado e disputa votos de centro-esquerda, com os radicais, tradicionais ocupantes desta posição.

Além desse cinco maiores partidos, há outros de limitada importância e reduzida representação na Assembléia Federal: o Partido Liberal, a Aliança dos Independentes, a Lista Livre, a Ação Nacional (extrema direita) e o Partido Automobilístico.

Deve-se ressaltar, ainda, que como o Conselho Nacional e Conselho dos Estados dispõem institucionalmente do mesmo poder político, o peso relativo dos cantões de população menor e mais tradicionalistas é reforçado. O Conselho dos Estados representa, assim, um elemento mais conservador na relação de forças políticas na Suíça.

3.3 – Outros atores políticos

Além dos partidos, poderosos sindicatos e associações influenciam fortemente as decisões políticas.

Representando o universo patronal, merece destaque a Federação das Empresas Suíças (*Economiesuisse*), entidade resultante da fusão, em 2000, da União Suíça do Comércio e da Indústria – VORORT – com a Sociedade para o

Desenvolvimento da Economia Suíça (SDES), que reune 30.000 empresas e, em coordenação com o Departamento Federal dos Negócios Exteriores, tem peso decisivo nas ações governamentais de política de comércio exterior. A Associação Suíça dos Banqueiros e a União Patronal Suíça, cuja atuação está estreitamente vinculada ao Escritório Federal das Indústrias, das Artes e Ofícios e do Trabalho têm igualmente influência sobre as decisões políticas nacionais. Além dessas, devem ser mencionadas a União Suíça das Artes e Ofícios – porta-voz dos pequenos proprietários e artesãos independentes, representantes de 90% das empresas suíças – e a União Suíça dos Camponeses. A atuação desta última tem estimulado significativamente o protecionismo agrícola e dificultado a liberalização do setor, com reflexos sobre o posicionamento assumido pelo país na Rodada de Doha e na recusa suíça a concluir acordo de livre comércio agrícola com a União Européia.

Do lado dos empregados, há três sindicatos nacionais – União Sindical Suíça, Confederação dos Sindicatos Cristãos da Suíça e a Federação das Sociedades Suíças de Empregados – aos quais se vinculam os vários sindicatos cantonais e profissionais. A característica marcante do sindicalismo suíço, resultado da diversidade cultural do país e do progressivo aperfeiçoamento da legislação social, é a inexistência de contornos ideológicos precisos e a serenidade das reivindicações trabalhistas, com raríssimas greves.

Em anos recentes, como reflexo do interesse do interesse do público em novas questões, surgiram movimentos e grupos independentes dedicados à promoção de diversas causas: ecologistas, anti-militaristas, anti-nucleares, etc. Finalmente, cabe notar que a Igreja Católica e a Federação das Igrejas Protestantes, a par de diversas instituições filantrópicas (Caritas, Terre des Hommes, Swissaid, etc.), têm projeção em uma séries de temas, particularmente naqueles ligados ao desenvolvimento social e aos direitos humanos.

4 – POLÍTICA EXTERNA

4.1 - A Suíça na ONU

Membro das Nações Unidas desde 2002, a Suíça considera, em princípio, "essencial" a reforma do CSNU. Em termos práticos, concede prioridade à discussão sobre a implementação de mudanças nos métodos de trabalho daquele órgão e na "consolidação institucional" do Conselho dos Direitos Humanos. Para a Suíça, a reforma dos métodos de trabalho e a ampliação do Conselho devem, idealmente, caminhar juntas, sem o que a reforma estará "incompleta". Como se sabe, essa postura tem sido vocalizada pelo grupo intitulado "Small 5 (S5)", que a Suíça integra, junto com Cingapura, Costa Rica, Jordânia e Liechtenstein. Vê como necessária a ampliação e a democratização do Conselho, muito embora a determinação dos novos membros permanentes deva provir, na avaliação de Berna, de escolha feita pelos Estados de cada região. Opõe-se à extensão do direito de veto aos novos membros permanentes de um eventual Conselho de Segurança ampliado.

Berna insiste em que a reforma do CSNU deve pautar-se por "critérios objetivos", tais como, o tamanho da população dos países candidatos, sua contribuição financeira ao sistema das Nações Unidas, sua contribuição em pessoal às operações de paz e o papel que eles têm desempenhado, ao longo dos anos, no sistema das Nações Unidas. Mais recentemente, o Governo manifestou, por meio de seu Representante Permanente, o entendimento de que se deveria buscar uma "solução intermediária" para as discussões em torno da ampliação do CSNU, tendo em vista que nenhum modelo havia sido capaz de "alcançar o consenso necessário à adoção de uma reforma".

Sob influência do ativismo internacional da Conselheira Federal Micheline Calmy-Rey, Berna tem manifestado sua intenção de conquistar assento não permanente num Conselho de Segurança ampliado. Estima ser este um objetivo realizável no horizonte temporal de 2015 a 2020. Um tal feito contribuiria, nas palavras de Calmy-Rey, "para reforçar a presença e a credibilidade do país no

mundo". A Conselheira Federal lembra que, entre os 192 países membros, a Suíça é o 14º maior contribuinte para o orçamento da Organização, tendo alocado em 2007 um total de 126 milhões de francos (USD 106 milhões), dos quais 85 milhões (USD 72 milhões) se destinam a operações de manutenção da paz.

Em razão de sua tradicional neutralidade, a Suíça colhe hoje uma herança incômoda que se traduz numa sensação de isolamento internacional. No contexto das Nações Unidas, pretende desfazer esse relativo isolamento político mediante redobrado ativismo internacional em defesa do meio ambiente, dos direitos humanos, da segurança e da paz. Ao mesmo tempo, busca utilizar seu "ativo histórico" na intermediação de conflitos. Para tanto, luta pela conquista de posições-chave na estrutura da ONU, reforçando sua posição no CDH, assim como para obter um assento no ECOSOC a partir de 2011. Como membro do ECOSOC, o país teria melhores chances de conquistar uma vaga no Comissão de Construção da Paz, também em 2011, para a qual planeja candidatar-se.

A Suíça desfruta de longa tradição como centro internacional. Desde o século XVI, refugiados religiosos e perseguidos políticos encontravam em Genbra porto seguro. Aliada a essa tradição, o caráter de "território neutro" tornou o país a escolha natural para organizações intergovernamentais dedicadas às mais variadas finalidades. Genebra foi sede da antiga Sociedade das Nações e abriga hoje a Organização Mundial do Comércio (OMC), sucessora do GATT. Atualmente, o país acolhe 24 organizações internacionais de caráter inter-governamental, das quais 21 se situam em Genebra. Oito dessas organizaçãos são parte dos sistema das Nações Unidas, entre as quais, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Meteorológica Mundial (OMM), a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), a Organização Mundial de Migrações e a UNCTAD, assim como vários órgãos da ONU: o Escritório do Alto Comissário para Direitos Humanos e o Escritório do Alto Comissário para Refugiados. Em Berna, encontram-se sediadas a União Postal Universal e a Organização Intergovernamental para Transportes Ferroviários (OTIF). Várias outras organizações não estatais, associações e

ONGs, têm igualmente sede no país, entre as quais se destacam a Cruz Vermelha Internacional e a Federação Internacional de Futebol (FIFA).

4.2 – A Suíça e a União Européia

A adesão à União Européia é vista como uma possibilidade apenas a longo prazo. A recusa popular a aprovar a adesão desapontou os partidos liberais, os cantões de expressão francesa e a indústria. O sistema de democracia direta e a forte oposição da UDC/SVP sugerem que a Suíça estará fora da UE ainda por muitos anos. Em conseqüência, Berna prosseguirá em sua estratégia de negociar cada item em acordos específicos. A chamada "via bilateral" vem a ser uma estratégia de integração *de fato* razoavelmente bem sucedida. Em julho de 2007, o Conselheiro Federal Pascal Couchepin deixou patente esta visão, em declarações feitas por ocasião da renovação do acordo de cooperação científica Suíça-UE, de 1999. Mediante tais acordos, assegura a Confederação participação em importantes programas de pesquisa científica, adere ao princípio da livre circulação de pessoas, ao livre comércio e busca adaptar sua legislação interna, na medida do possível, ao padrões europeus. Um segundo grupo de acordos, foi firmados em maio de 2004, cobrindo as áreas da cooperação judiciária, da previdência social, asilo e migrações (adesão às convenções de Schengen e Dublin, aprovados em referendum facultativo por 54,8% dos suíços em 5 de junho de 2005).

Restam, contudo, dois grandes obstáculos à plena integração. O primeiro diz respeito à negociação de um acordo de livre comércio agrícola, ante a ferrenha oposição dos produtores suíços. Diante da alegação de que as pequenas propriedades agrícolas não teriam como sobreviver ao fim dos generosos subsídios estatais, e de que os fazendeiros já caminham para a condição de "novos pobres" da Europa, o tema vem sendo adiado para um futuro incerto.

Tema ainda mais polêmico da agenda com a UE é, sem dúvida, o diferendo sobre política fiscal. A questão foi ressaltada durante a campanha da socialista Ségolene Royal à presidência da França, em 2007, quando seu porta-voz, Arnaud

Montebourg, criticou acerbamente os "paraísos fiscais" da Europa, conclamou outros governos europeus a formar uma coalisão de grandes países para "dobrar a Suíça" e ameaçou a realização de bloqueio semelhante ao que o Governo de De Gaulle decretou em 1963 contra o Principado de Mônaco.

A questão das isenções fiscais para capitais estrangeiros tem enfrentado forte oposição de alguns cantões, e o governo federal insiste em objetar qualquer acordo sobre a matéria com a União Européia.

4.3 – Suíça e os EUA

Divergências sensíveis entre os dois países levaram a uma certa tensão e a um relativo esfriamento em anos recentes, em conseqüência, inter alia, das diferenças em torno da questão dos fundos judeus não-reclamados e da intervenção norte-americana no Iraque. A Suíça adotou atitude de crítica aberta à invasão norte-americana, por entender que a ausência de um mandato específico da ONU retirava base legal para a intervenção. A situação dos presos na base de Guantánamo constitui, igualmente, dado relevante para a Suíça sob o ponto de vista dos direitos humanos. O forte compromisso de sua diplomacia, sob o comando de Micheline Calmy-Rey, com os princípios consagrados nas Convenções de Genebra sobre o Direito da Guerra, de que o Estado suíço é depositário, reforça as preocupações de Berna com o tratamento dado aos prisioneiros naquela base militar. A Chefe do DFAE considera inaceitável o status (não previsto nas Convenções de Genebra) de "inimigos combatentes" atribuído àqueles prisioneiros pelo Governo dos EUA e critica a prática norte-americana de transferir suspeitos de atos terroristas a países violadores dos direitos humanos.

Tais diferenças não impedem, contudo, que os dois países desenvolvam uma fecunda cooperação em diversos pontos de interesse comum. Neste particular, sobressai a temática do financiamento ao terrorismo, tendo em conta a possível utilização do sistema bancário suíço para aquele fim. Berna e Washington já haviam alcançado, em 1987, um *modus vivendi* em diferendo decorrente da legislação suíça de proteção ao sigilo bancário, passando a

Confederação a apresentar mais flexibilidade no fornecimento de informações sobre pessoas físicas ou jurídicas a partir de demanda judicial. Essa cooperação veio a intensificar-se a partir dos eventos de 11 de setembro de 2001.

Os EUA são o segundo mercado para os produtos suíços após a UE. No contexto de sua política de ampliação do comércio, a negociação de um acordo de livre comércio com Washingston vem a ser um dos principais objetivos da política comercial da Confederação. Um tal acordo refletiria principalmente os interesses dos meios empresariais, defendidos no seio do Governo por outros Conselheiros Federais, como Doris Leuthard (Ministra da Economia) e Hans Rudolph Merz (Ministro das Finanças). Sua negociação tem-se mostrado, contudo, um processo complexo e demorado. No âmbito suíço, os interesses das indústrias que desejam, mediante a eliminação de barreiras, aumentar suas exportações para o mercado norte-americano colidem com os dos setores agrícolas, temerosos de sua eventual maior exposição à competição dos produtos daquele país. Existem, também, receios dos meios financeiros quanto a novas pressões americanas por concessões no que tange ao segredo bancário.

4.4 A Suíça, o Japão e o Oriente

O relacionamento com o Extremo Oriente pauta-se igualmente por interesses de ordem econômico-comercial. O Japão é o terceiro maior parceiro comercial da Suíça, logo atrás da União Européia e dos Estados Unidos, tendo mantido intercâmbio de cerca de 8,5 bilhões de dólares em 2006. Em 2005 os investimentos diretos suíços no Japão foram de 7,7 bilhões de francos suíços, enquanto os investimentos diretos japoneses na Suíça somaram 1,1 bilhão. A Suíça é o quinto maior investidor estrangeiro direto no Japão.

Em 2007, os dois países anunciaram ter iniciado negociações para um Acordo de Livre Comércio, que deve abranger temas como: comércio de bens, servicos, investimentos, direitos de propriedade intelectual, turismo, ciência e tecnologia, agricultura, compras governamentais, entre outros. Na hipótese de

vingarem as negociações anunciadas, a Suíça sá o primeiro país europeu com o qual o Japão firmaria um acordo do gênero.

Hong Kong é o terceiro maior parceiro comercial da Suíça no Extremo Oriente, depois do Japão e da China, movimentando cerca de 4,8 bilhões de dólares em 2006.

4.5 A Estratégia "BRIC"

A partir de decisão tomada em 2006, o Conselho Federal tem como uma de suas vertentes de política externa estabelecer relacionamento estratégico com Brasil, Rússia, Índia e China, o grupo das quatro grandes economias emergentes, denominado BRIC. A estratégia ganha força com as sucessivas indicações de que um estancamento das negociações da Rodada de Doha da OMC obriga o Governo suíço, como eventual alternativa, a concentrar esforços diplomáticos em países que possam, pelo tamanho e perspectivas de crescimento continuado, servir como ancoradouro para investimentos das grandes corporações helvéticas. Com este fim, a Conselheira Federal e Ministra da Economia Doris Leuthard realizou visita ao Brasil em fevereiro de 2007 e à China, em julho, acompanhada de uma delegação empresarial.

Em Pequim, Leuthard firmou "declaração conjunta sobre cooperação econômica", que assinala o início de estudos técnicos sobre um futuro acordo de livre-comércio. Com isso, pretende a Suíça assegurar maior participação no mercado chinês, especialmente atraente para uma economia que depende da exportação de produtos e serviços de alto conteúdo tecnológico. Mais de 300 empresas suíças estão instaladas na China, a exemplo da Nestlé, que emprega 6000 trabalhadores em 30 fábricas e aufere USD 1 bilhão. O estoque de investimentos helvéticos na China chegou a 4,2 bilhões de dólares.

O comércio entre a Suíça e a China montou, em 2006, a USD 7 bilhões, exibindo crescimento vigoroso de 17,4% com relação ao ano anterior. No contexto da estratégia comercial suíça, os dois países acordaram iniciar negociações com vistas a um acordo de livre comércio. Alguns temas da agenda bilateral devem,

contudo, dificultar a conclusão de um tal acordo, em especial a questão da proteção de patentes industriais.

Em visita recente a Pequim, o Conselheiro Nacional Pascal Couchepin declarou que a China não elimina empregos na Suíça, respondendo a uma preocupação recorrente na Suíça. Considerando o conjunto da economia suíça, Couchepin admite que a concorrência pode tirar empregos em setores específicos, a exemplo da decisão do Grupo Diethelm de tranferir para a China a fábrica de eletrodomésticos. A Suíça tem, contudo, acumulado saldos na balança comercial bilateral desde 2003, tendo atingido, em 2006, superavit da ordem de USD 151 milhões. Ademais, empresas suíças puderam melhor enfrentar a estagnação dos anos 1990 graças a seus negócios com a China

Em função dessa estratégia, os temas políticos mais delicados tendem a um segundo plano, inclusive aqueles que, em tese, seriam caros à tradição diplomática da Suíça e, em particular, ao pensamento da Conselheira Federal e Ministra dos Negócios Estrangeiros, Micheline Calmy-Rey.

Com a Índia, a Suíça manteve trocas comerciais em 2006 da ordem de USD 2,2 bilhões. O relacionamento bilateral tem sido dos mais intenso nos últimos anos, tanto nos fluxos de comércio e de investimentos, como ainda em projetos de cooperação para o desenvolvimento.

Quatro importantes visitas bilaterais ocorreram em 2007. Em março, esteve na Suíça (Berna e Zurique) o Ministro do Comércio e Indústria da Índia, Kamal Nath, ao tempo em que se realizava a 10ª reunião da Comissão Econômica Mista em Berna. Registre-se ainda a ida da Conselheira Federal Doris Leuthard a Nova Delhi em agosto. Encontra-se programada visita da Presidente da Confederação, Micheline Calmy-Rey, à Índia em novembro.

O comércio com a Federação Russa montou a USD 3,6 bilhões em 2006. Foi expressiva a alta de 83% nas importações da Suíça àquele país, contra um aumento, também expressivo, de 44% nas exportações suíças. O principal item das exportações russas para a Suíça foram os metais preciosos enquanto que a Suíça exportou produtos farmacêuticos e máquinas.

4.6 Países em Desenvolvimento

Embora a participação relativa dos países em desenvolvimento no volume de comércio exterior suíço seja reduzida, é no relacionamento com aqueles países que a política externa conhece uma das suas vertentes mais marcantes, através da chamada ajuda bilateral administrada pela Diretoria da Cooperação ao Desenvolvimento e à Ajuda Humanitária do Departamento Federal dos Negócios Estrangeiros. As atividades dessa Diretoria estão subordinadas a uma política de auxílio prioritário aos países mais pobres de África, Ásia e América Latina, através de cooperação técnica e aportes financeiros diretos. Paralelamente, o país destina recursos a projetos de desenvolvimento amparados por organizações multilaterais como o PNUD, UNCTAD, FAO, UNICEF e outras.

Em 2007, a cooperação para o desenvolvimento suíça se dirige a dezessete países considerados prioritário, e a oito programas especiais na África, na Ásia e na América Latina. Cerca de 800 projetos e programa encontram-se em execução. Até 2010, o Departamento de Ajuda ao Desenvolvimento do DFAE estima que o número de países prioritários será reduzido a quatorze. Alguns programas de ajuda humanitária a destacar são:

- Líbano: Auxílio de urgência para 30.000 refugiados palestinos;
- Chade: Programme d'aide humanitaire para 280.000 refugiados sudaneses expulsos de Dafur e da República Centro-Africana, expulsos por convulsões políticas em seus países. O programa inclui ainda 120.000 pessoas deslocadas para o sudeste do país desde 2005 por um conflito armado no próprio Chade.
- Oriente Médio: Dois milhões de iraquianos asilados na Síria e na Jordânia, são vistos com preocupação em Berna, dada a perspectiva de rápida deterioração de suas condições de subsistência.

4.7 Cooperação judiciária internacional

Em função do instituto do sigilo bancário, a praça financeira suíça é um refúgio habitual para fortunas ilícitas amealhadas em diversas partes do mundo. Processos judiciais para a investigação, bloqueio e eventual devolução de ativos financeiros fazem parte da agenda bilateral da Suíça com um certo número de países. Tais processos nem sempre tramitam sem obstáculos. O principal deles está na exigência de que o país solicitante prove, com a demonstração clara e inequívoca, que os ativos decorrem de ações ilícitas.

Ante a insuficiência das evidências apontadas, Berna recentemente anunciou, a contragosto, que seria obrigada a restituir à família de Jean-Claude Duvalier, ex-ditador do Haiti, de 7,6 milhões de francos suíços depositados em bancos de Genebra. Embora se saiba que os fundos são suspeitos, as autoridade haitianas não conseguiram provar a origem delituosa dos depósitos. Em meio a uma intensa batalha judicial movida por advogados de vitimas do regime de "Baby Doc", Berna decidiu, pela terceira vez, adiar o desbloqueio dos fundos, enquanto busca orientar Porto Príncipe quanto aos elementos requeridos no processo. Empenhado em proteger sua imagem internacional de tenaz defensor do Estado de Direito, da justiça e dos princípios humanitários, ao tempo em que busca desfazer sua antiga imagem de "caixa forte" para fortunas mal adquiridas, o governo suíço encontrou base legal para o adiamento no artigo 184 da Constituição Federal, que lhe confere o poder de emitir resoluções e tomar decisões, a título provisório, "sempre que a salvaguarda dos interesses do país assim exigir".

Para sanar, em definitivo a lacuna legal, cogita-se modificar a lei interna para admitir a restituição de fundos quando se prove que o sistema judiciário do país demandante fora desarticulado pelo regime implantado pelo ditador de cujos crimes resultara a ação. Esta revisão se afigura ainda mais urgente em vista da perspectiva de se repetir o problema quando da conclusão do prazo para o desbloqueio dos fundos de Mobutu Sese Seko, ex-ditador zairense, em 2008.

Um segundo aspecto ligado à devolução de ativos a países dotados de instituições frágeis diz respeito ao emprego adequado dos fundos devolvidos. Berna aprendeu com o exemplo desapontador da Nigéria, em 2005, em que os USD 500 milhões devolvidos no chamado "Caso Abacha", não teria tido destinação "inapropriada". A Suíça passou a condicionar tais devoluções a sua utilização em projetos sociais internacionalmente assistidos. Sob esta orientação, liberou ao Casaquistão, em 2007, 102 milhões de francos suíços, bloqueados em contas abertas por empresas americanas, destinados a pagar suborno a funcionários do governo casaqui em troca de concessões petrolíferas. Este caso estabelece as bases para o futuro da política de devolução de ativos. A Suíça pretende escolher a organização executora com "a máxima transparência", e nomeará um comitê para acompanhar a aplicação dos fundos, a ser feita por etapas. Se essa aplicação não estiver sendo feita a contento, Berna poderá suspender imeditamente a transferência.

5– RELAÇÕES BRASIL-SUÍÇA

5.1 Considerações preliminares

A excelência das relações entre Brasil e Suíça vem sendo reafirmada pelos constantes contatos políticos de alto nível e pela forte presença suíça na economia brasileira. Para o Brasil, a importância desse relacionamento —cuja origem remonta à imigração iniciada há mais de 180 anos— decorre sobretudo da posição da Suíça como um dos principais centros financeiros internacionais e um parque industrial dos mais avançados. Em 2006, foi o quarto maior investidor no Brasil em termos de fluxo, e em estoque, o décimo-primeiro.

A Suíça busca elevar o perfil de sua atuação internacional no contexto das Nações Unidas (tornou-se membro em 2002) e de outros foros. Vale-se do capital político de sua tradicional neutralidade para intermediar conflitos e ajudar a encaminhar problemas mundiais.

Apesar de não integrar a União Européia, o país mantém com o bloco intenso relacionamento disciplinado por uma série de acordos bilaterais. Pode ser considerado como membro de fato da UE. Por exemplo, segue muitas de suas normativas de política comercial e aderiu aos acordos de Schengen/Dublin, que entraram em vigor para a Suíça em 2008.

A Suíça decidiu estabelecer relacionamento estratégico com o Brasil, além de Rússia, Índia e China ("Estratégia BRICs"). Esse interesse foi oficializado durante a visita da Conselheira Federal (Ministra) da Economia, Doris Leuthard, em fevereiro de 2007, quando se criou a Comissão Mista de Relações Econômico-Comerciais. A primeira reunião da Comissão ocorreu em outubro de 2007, em Berna.

Em maio de 2007, por ocasião de visita do Secretário de Estado da Educação e Pesquisa, Charles Kleiber, foi acordado Plano de Ação em que a cooperação em ciência, tecnologia e inovação é declarado item de especial relevância na agenda bilateral. Deverá ser negociado um novo acordo entre os dois Governos nessa área. Já está em curso importante iniciativa de cooperação entre os dois países no campo da eletrônica e da microtecnologia.

Prova adicional da intensificação do relacionamento foi a visita oficial que o Ministro de Estado Celso Amorim realizou nos dias 29 e 30 de outubro de 2007, em Berna, a primeira a realizar-se depois de décadas (a última foi em 1960). Durante a visita, o Ministro Amorim manteve reunião de trabalho com a Conselheira Federal Micheline Calmy-Rey, Chefe do Departamento Federal dos Assuntos Estrangeiros, para tratar da agenda bilateral política, e com a Conselheira Federal Doris Leuthard, Chefe do Departamento de Economia, para tratar de temas relacionados à Reunião da Comissão Mista de Relações Econômico-Comerciais. Na ocasião, ainda, o Ministro Celso Amorim recebeu carta-convite do Conselheiro Federal Pascal Couchepin, atual Presidente da Confederação, para que o Presidente da República realize Visita de Estado à Suíça em 2008.

Um dos objetivos almejados pelo Governo suíço é estabelecer Parceria Estratégica com o Brasil. Nesse sentido, o Secretário de Estado do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros (DFAE), Embaixador Michael Ambühl, visitou o Brasil, em março último, a fim de negociar texto estabelecendo a Parceria Estratégica com vistas a sua adoção durante a visita ao Brasil da Conselheira Federal do DFAE, Micheline Calmy-Rey, em julho próximo.

5.2 Intercâmbio de visitas

Visitas de autoridades brasileiras à Suíça

- Marcio Thomás Bastos, Ministro da Justiça, maio de 2004
- Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, outubro de 2005
- Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, outubro de 2007

Visitas de autoridades suíças ao Brasil

- Joseph Deiss, Conselheiro Federal, Ministro da Economia, setembro de 2003
- Doris Leuthard, Conselheira Federa, Ministra da Economia, fevereiro de 2007
- Charles Kleiber, Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, maio de 2007
- Michael Ambühl, Secretário de Estado do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros (DFAE), em março de 2008

5.3 Comércio bilateral e Investimentos

Os principais produtos brasileiros exportados para a Suíça são alumínio e pasta química de madeira. Juntos, representaram mais de 60% do valor total da pauta de produtos negociados em 2006 (42,5%, em 2005). Em seguida, destacam-se as exportações de carnes bovinas desossadas (frescas e congeladas), que representam cerca de 5,5% (6,9%, em 2005) do valor global, e sucos de laranja, 5,7% (3,16%, em 2005).

Os principais produtos exportados da Suíça para o Brasil são medicamentos – responsáveis, em 2006, por cerca de 25% do valor da pauta -, seguidos de produtos químicos orgânicos e de máquinas e aparelhos, com participações, respectivamente, em torno de 12 e 10% no valor global.

A seguir, dados principais do intercâmbio entre os dois países:

Comércio Bilateral (em dólares FOB)

	2003	2004	2005	2006	2007
Exportação Brasileira	328.100.094	349.390.337	535.297.648	847.782.312	1.156.127.146
Importação Brasileira	940.936.786	1.078.712.947	1.219.362.677	1.325.138.674	2.205.276.921
Saldo	-612.836.692	-729.322.610	-684.065.029	-477.356.362	-1.049.149.775
Corrente Comércio	1.269.036.880	1.428.103.284	1.754.660.325	2.172.920.986	3.361.404.067

	2008 (jan-abr)
Exportação Brasileira	378.497.397
Importação Brasileira	624.768.482
Saldo	-246.271.085
Corrente Comércio	1.003.265.879

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

Em 2006, a Suíça foi o terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil, logo após os Estados Unidos e os Países Baixos. O incremento da participação da Suíça, a qual ocupava em 2005 a décima-segunda posição nesse tipo de ranking, deveu-se, em grande medida, à aquisição, em maio de 2006, do banco de investimentos Pactual pelo conglomerado UBS, cujo valor da transação foi de 1 bilhão de dólares.

O fluxo total de investimentos suíços no Brasil em 2006, de acordo com documento do Banco Central ("Investimentos diretos estrangeiros – distribuição por país de origem dos recursos"), chegou a 1,63 bilhões de dólares. A título comparativo, em 2005, os investimentos diretos helvéticos no Brasil foram da ordem de 341,54 milhões de dólares. Descontado o efeito único da aquisição do banco Pactual, os investimento suíços em 2006 quase que dobraram em relação a 2005.

Em caminho inverso e pioneiro, verifica-se o início da instalação de filiais de empresas brasileiras na Suíça, cujo exemplo mais significativo é o da transferência, em 2007, dos escritórios da holding da Companhia Vale do Rio Doce ("CRVD International") de Bruxelas para a pequena cidade de St-Prex, localizada no cantão de Vaud, nos arredores de Lausanne. Segundo informação prestada pelos diretores da empresa, a Vale do Rio Doce pretende concentrar em St-Prex o gerenciamento de seus negócios com os países europeus. Para tanto, pretende construir naquela localidade um edifício próprio, no qual abrigará cento e vinte funcionários. A infra-estrutura oferecida, a localização central privilegiada e as facilidades fiscais certamente terão contribuído para a decisão da empresa brasileira de se instalar na Suíça.

Em 2007, a Nestlé inaugurou fábrica em Feira de Santana, Bahia, em evento que contou com a presença do Presidente da República. A empresa multinacional acaba de anunciar aumento expressivo em seus lucros. Outro recente investimento no Brasil foi feito pela Novartis (Resende e Taboão da Serra), que estuda ainda projeto de instalação de fábrica de vacinas contra a meningite em Pernambuco.

5.4 Acordos em Vigor entre o Brasil e a Suíça

- Tratado para Solução Judicial das Controvérsias (1925);
- Tratado de Extradição (1934);

- Acordo sobre Isenção Recíproca do Imposto de Renda para as Empresas Brasileiras e Suíças de Navegação Aérea e Marítima (1956);
- Memorando sobre Transportes Aéreos (1962);
- Acordo de Cooperação Técnica e Científica (1969);
- Acordo sobre Transportes Aéreos (1969);
- Acordo para Dispensa de Legalização Consular em Matéria Judiciária (1970);
- Convênio sobre Radioamadorismo (1971);
- Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 26 de abril de 1968, Relativo à Prestação de Assistência Técnica ao INUPF e Convênio Anexo (1972);
- Ajuste Relativo à Cooperação Técnica entre o SENAI de São Paulo e a Fundação Suíça de Assistência ao Desenvolvimento Técnico, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 1968 (1972);
- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 26 de abril de 1968, Relativo à Cooperação do Movimento Popular das Famílias (MPF) à Cooperativa Mista Artesanal do Recife (COMAR) (1972);
- Ajuste sobre Aplicação, em Projetos de Cooperação Técnica, de Recursos Originados do Acordo Internacioanl sobre Cereais, de 1967.
- Ajuste Modificativo de Ajuste ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica (1975);
- Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de 26/04/1968, que Regulamenta o Projeto de Cooperação entre a CARITAS e Fundação Bahiana.
- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica Científica de 26/04/1968, sobre o Projeto de Cooperação entre o Instituto Ingenbohl e o Senai-BA (1975);
- Ajuste Modificativo dos Incisos I e II do Anexo e do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968 (1978);

- Acordo, por Troca de Notas, atualizando e Modificando o Protocolo de Assinatura Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968 (1981);
- Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo de Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968, para Inclusão de Milão no Quadro de Rotas Brasileiro (1984);
- Protocolo de Intenções sobre Cooperação Econômica (1995); e,
- Acordo sobre Serviços Aéreos (2001).
- Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal (2004), ainda sujeito a ratificação.
- Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista sobre Relações Econômicas e Comerciais (2007).

5.5 Cronologia das relações Brasil-Suíça

1818 - D. João VI autoriza 100 famílias suíças a se instalarem como imigrantes na então Fazenda do Morro Queimado, no Rio de Janeiro.

1819 - Nomeado cônsul no Rio de Janeiro o cidadão suíço Sebastian Nicolás Gachet, que havia organizado a instalação daquelas famílias com apoio financeiro do Brasil.

1820 - Com a vinda de novos imigrantes suíços, aquele núcleo de colonização prospera e se transforma na "vila de Nova Friburgo".

1826 - Reconhecimento da independência do Brasil pelo governo da Confederação Suíça (carta de 30 de janeiro enviada a D. Pedro I pelo Conselho Federal, então baseado em Lucerna).

1855 - Primeiro representante diplomático (Cônsul) do Brasil em Berna, José Francisco Guimarães.

1856 - Estabelecimento, no Estado do Espírito Santo, de uma nova colônia de imigrantes suíços (hoje, município de Rio Novo do Sul).

1880 - Primeira empresa suíça (Bally, fabricante de calçados) a instalar-se no Brasil.

1890 - Nomeação do primeiro ministro plenipotenciário do Brasil em Berna, Barão de Aguiar d'Andrada.

1894/1905 - O naturalista suíço Émil August Goeldi dirige e reforma o Museu de História Natural e Etnografia de Belém do Pará, fundado em 1866, o qual passaria mais tarde a ser denominado Museu Paraense Emílio Goeldi.

1899/1900 - Vive em Berna o Barão do Rio Branco, encarregado da defesa do Brasil na arbitragem do Governo suíço relativa à disputa territorial com a França sobre a questão do Amapá.

1900 - Laudo arbitral de primeiro de dezembro sobre a questão do Amapá, a favor do Brasil, comunicado ao Barão, em Berna, por representante da Chancelaria suíça.

1907 - Designação do primeiro representante diplomático da Suíça no Brasil, Albert Gertsch, como encarregado de negócios.

1920 - Designação de Albert Gertsch como ministro plenipotenciário.

1921 - Nestlé começa a operar no Brasil.

1925 - Empresa suíça Bally adquire o Curtume Carioca.

1931 - Roche começa a operar no Brasil.

1934 - Ciba começa a operar no Brasil.

1937 - Sandoz começa a operar no Brasil.

1937 - Instala-se no Brasil a empresa Schindler.

1938 - Geigy começa a operar no Brasil.

1940 - Eternit começa a operar no Brasil.

1948 - Primeira ligação aérea entre o Brasil e a Suíça, com a Panair.

1950 – Instala-se no Brasil a empresa Sulzer.

1955 - Swissair inicia vôos entre os dois países.

1957 – Estabelecimento da empresa Brown Boveri no Brasil.

1958 - Legação suíça no Rio de Janeiro elevada à condição de Embaixada.

1959 - Legação brasileira em Berna elevada à condição de Embaixada; assume o primeiro Embaixador do Brasil na Suíça, Afrânio de Mello Franco.

1959 - Aquisição, pelo Governo brasileiro, do prédio da nova Residência da Embaixada em Berna (Kalcheggweg 14).

1960 - Inauguração da Residência pelo Chanceler Horácio Lafer e pelo Chefe do Departamento de Administração do Itamaraty, Embaixador Antônio Azeredo da Silveira, com a presença do Presidente da Confederação Suíça, Max Petitpierre.

1964 - Com o rompimento das relações diplomáticas e consulares entre Brasil e Cuba, a Suíça assume a proteção dos interesses brasileiros no país caribenho.

1970 - Seqüestro, no Rio de Janeiro, do Embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher.

1970 - Fusão das empresas farmacêuticas Ciba e Geigy, presentes no Brasil desde os anos trinta.

1986 - Com o reatamento das relações diplomáticas e consulares com Cuba, a Suíça deixa de se ocupar dos interesses do Brasil naquele país.

1988 – Associada a empresa sueca, a Brown Boveri passa a constituir a ABB (ASEA Brown Boveri), com importante presença no Brasil.

1994 - Primeira visita ao Brasil do Presidente da Confederação Suíça (à época, Jean Pascal Delamuraz, responsável pelo Departamento Federal de Economia).

1996 - Início das operações da Novartis no Brasil, empresa resultante da fusão da Ciba-Geigy e Sandoz.

1997 - Primeira visita oficial de um Ministro do Exterior suíço ao Brasil, Conselheiro Federal Flavio Cotti.

1998 - Primeira visita oficial de Chefe de Estado brasileiro a Berna, Presidente Fernando Henrique Cardoso.

1998 - Aquisição do Banco Garantia pelo Crédit Suisse.

2000 - Declaração sobre Cooperação em Comércio e Investimento e Plano de Ação entre o MERCOSUL e a Associação Européia de Livre-Comércio (EFTA), integrada por Suíça, Noruega, Liechtenstein e Islândia.

2006 - O UBS (Union de Banques Suisses) instala-se no Brasil por meio da aquisição do Banco Pactual.

2006 - Departamento Federal de Economia estabelece estratégia específica de ação junto aos chamados países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

2006 - Lançamento, em Berna, de parceria de intercâmbio tecnológico entre o Instituto do Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI) e o Centro Suíço de Eletrônica e Microtecnologia (CSEM), de Neuchâtel.

2007 - Instalação, na Suíça, do escritório europeu da Companhia Vale do Rio Doce.

2007 - Assinatura, em Brasília, pelo Chanceler Celso Amorim e pela Conselheira Federal Doris Leuthard, de memorandum de entendimento que cria a Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais.

2007 - Visita a Berna do Chanceler Celso Amorim.

Aviso nº 376 - C. Civil.

Em 19 de maio de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA

STELA POMPEU BRASIL FROTA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 27/4/2008.